

# Sumário

## PARTE I PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

<b>Capítulo 1 ► Colegialidade corretiva e CPC-2015 .....</b>	<b>33</b>
<i>Dierle Nunes</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	33
2. COLEGIALIDADE, PRECEDENTES E NOVA FUNÇÃO PREPARATÓRIA DO RELATÓRIO .....	36
3. COLEGIALIDADE E VIESES COGNITIVOS .....	43
4. MODIFICAÇÃO DE VOTOS ATÉ O RESULTADO .....	48
5. INCIDENTE DE AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO PARA JULGAMENTOS NÃO UNÂNIMES- ART. 942.....	49
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
<b>Capítulo 2 ► Da Extirpação dos Embargos Infringentes no Novo Código de Processo Civil – um Retrocesso ou Avanço? .....</b>	<b>55</b>
<i>Giselle Santos Couy</i>	
1. DA EXTIRPAÇÃO DOS EMBARGOS INFRINGENTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – UM RETROCESSO OU AVANÇO? .....	55
2. DOS RECURSOS .....	64
3. A CELERIDADE E O PROCESSO CONSTITUCIONAL .....	66
4. CONCLUSÃO .....	73
5. REFERÊNCIAS .....	75
<b>Capítulo 3 ► Técnica de Julgamento: Criação do Novo CPC (Substitutivo dos Embargos Infringentes).....</b>	<b>79</b>
<i>Francisco Barros Dias</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	79
2. OS EMBARGOS INFRINGENTES EM SEU FORMATO ATUAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL VIGENTE .....	80
3. “TÉCNICA DE JULGAMENTO” NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM SUBSTITUIÇÃO AOS EMBARGOS INFRINGENTES .....	82
4. ANÁLISE CRÍTICA DO NOVEL INSTITUTO DA “TECNICA DE JULGAMENTO” PREVISTO NO NOVO CPC. ....	86
5. CONCLUSÕES.....	89
6. BIBLIOGRAFIA.....	90
<b>Capítulo 4 ► A Função Institucional das Cortes Superiores.....</b>	<b>91</b>
<i>Thiago Rodvalho</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	91
2. A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO E A SEGURANÇA JURÍDICA.....	94

3. A FUNÇÃO JURISDICIONAL E INSTITUCIONAL DAS CORTES CONSTITUCIONAL E FEDERAL – STF E STJ.....	96
4. CONCLUSÃO.....	99
<b>Capítulo 5 ► A Remessa Necessária e o Novo Código de Processo Civil.....</b>	<b>101</b>
<i>Rogério Mollica</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	101
2. A REMESSA NECESSÁRIA.....	102
3. A PROBLEMÁTICA NOVA REDAÇÃO DA REMESSA NECESSÁRIA NO ARTIGO 496 DO CPC.....	104
4. A SUCUMBÊNCIA RECURSAL E A REMESSA NECESSÁRIA.....	106
5. A AMPLIAÇÃO DA COLEGIALIDADE QUANDO HOUVER DIVERGÊNCIA DE JULGAMENTO E A REMESSA NECESSÁRIA.....	107
6. O JULGAMENTO ANTECIPADO E PARCIAL DO MÉRITO E A REMESSA NECESSÁRIA.....	109
7. CONCLUSÃO.....	111
8. REFERÊNCIAS.....	111
<b>Capítulo 6 ► Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....</b>	<b>113</b>
<i>George Salomão Leite</i> <i>Rinaldo Mouzalas</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	113
2. CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	114
3. CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO.....	117
4. EFEITOS.....	118
5. PROCEDIMENTO.....	120
6. CONCLUSÕES.....	125
7. REFERÊNCIAS.....	126
<b>Capítulo 7 ► A Formação Progressiva da Coisa Julgada Material e o Prazo para o Ajuizamento da Ação Rescisória: Contradição do Novo Código de Processo Civil.....</b>	<b>129</b>
<i>Délio Mota de Oliveira Júnior</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	129
2. COISA JULGADA MATERIAL E AÇÃO RESCISÓRIA.....	130
3. A DIVERGÊNCIA DE ENTENDIMENTOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DO TERMO INICIAL DO PRAZO DE RESCINDIBILIDADE DA COISA JULGADA MATERIAL FORMADA PROGRESSIVAMENTE.....	134
4. ADOÇÃO DA TEORIA DA FORMAÇÃO DA COISA JULGADA MATERIAL PROGRESSIVAMENTE FORMADA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	136
4.1. A PARTIR DO CONCEITO DE SENTENÇA.....	136
4.2. A PARTIR DO CONCEITO DE COISA JULGADA MATERIAL.....	137
4.3. A PARTIR DA TEORIA DOS CAPÍTULOS DA SENTENÇA.....	138
4.4. A PARTIR DO JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO.....	141

4.5. A PARTIR DO PRINCÍPIO DO TANTUM DEVOLUNTUM QUANTUM APPELLATUM .....	143
5. QUESTÕES PRÁTICAS ENVOLVENDO A FORMAÇÃO PROGRESSIVA DA COISA JULGADA MATERIAL .....	145
5.1. COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA .....	145
5.2. POSSIBILIDADE DO MANEJO DA AÇÃO RESCISÓRIA ENQUANTO ESTIVER TRAMITANDO O PROCESSO PRINCIPAL .....	147
5.3. POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DA NULIDADE DO PROCESSO, AO JULGAR A PARCELA RECORRIDA DO DECISUM .....	148
6. A AÇÃO RESCISÓRIA E O PRAZO PARA O SEU AJUIZAMENTO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	150
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	152
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	152
<b>Capítulo 8 ► Ação Rescisória e uniformização jurisprudencial: considerações sobre a jihad nomofilática .....</b>	<b>157</b>
<i>Marcelo Barbi Gonçalves</i>	
1. A COISA JULGADA COMO PONTE DE SAÍDA .....	157
2. FIXANDO ALGUMAS PREMISSAS.....	159
3. O SENTIDO VETORIAL DE ESTABILIDADE DAS POSIÇÕES JURÍDICAS: CERTEZA DA LEI, CERTEZA DA JURISPRUDÊNCIA E CERTEZA DO DIREITO .....	161
4. AÇÃO RESCISÓRIA NO CASO DE LEI SUJEITA À INTERPRETAÇÃO CONTROVERTIDA .....	166
4.1. DESVENDANDO ALGUNS EQUÍVOCOS.....	169
4.2. TRIBUNAIS SUPERIORES E FUNÇÃO NOMOFILÁTICA.....	169
4.3. DA VOCAÇÃO DA AÇÃO RESCISÓRIA .....	173
4.4. DA INDEVIDA ASSIMILAÇÃO ENTRE OS ENUNCIADOS 343 E 400 DO STF .....	175
5. A DOCTRINA DA INTERPRETAÇÃO RAZOÁVEL E O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE .....	177
6. EXISTEM CORTES SUPREMAS DO A E DO B? .....	184
7. EFEITOS PRÓ-FUTURO E A ISONOMIA.....	185
8. CONCLUSÃO .....	186
9. REFERÊNCIAS .....	187
<b>Capítulo 9 ► Considerações Sobre o Prazo Rescisório no Novo CPC.....</b>	<b>193</b>
<i>Márcio Carvalho Faria</i>	
1. OS DIVERSOS MEIOS IMPUGNATIVOS, O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E AS ORIGENS COMUNS DO RECURSO E DA AÇÃO RESCISÓRIA. ....	193
2. A AÇÃO RESCISÓRIA NO PLS 166/10, NO PL 8046/10 E NA LEI FEDERAL 13.105/15, O NOVO CPC: SUAS PRINCIPAIS INOVAÇÕES .....	203
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRAZO RESCISÓRIO (ART. 975, NCPC).....	205
3.1. O QUE FOI MANTIDO PELO NCPC .....	205
3.2. O QUE RESTOU MODIFICADO PELO NCPC: APRESENTAÇÕES E CRÍTICAS.....	205
4. CONCLUSÕES.....	218
5. REFERÊNCIAS .....	219

<b>Capítulo 10 ► Ação Rescisória e capítulos de sentença: a análise de uma relação conturbada a partir do CPC/2015.....</b>	<b>223</b>
<i>Ravi Peixoto</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	223
2. CAPÍTULOS DA DECISÃO JUDICIAL E AS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA ENTRE ELES.....	224
3. SOBRE AS DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO E A FORMAÇÃO DA COISA JULGADA PROGRESSIVA.....	225
4. RECURSO PARCIAL, EFEITO DEVOLUTIVO E TRANSLATIVO.....	227
5. DA POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE VÁRIAS AÇÕES RESCISÓRIAS.....	230
6. PROBLEMÁTICA DOS PRAZOS COM O TRÂNSITO EM JULGADO PROGRESSIVO.....	231
6.1. A CONTAGEM ÚNICA DO PRAZO.....	231
6.2. A CONTAGEM AUTÔNOMA DOS PRAZOS.....	233
7. COMPETÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	236
8. COMPETÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA EM FACE DA COISA JULGADA PROGRESSIVA.....	238
8.1. ANÁLISE DOS PRECEDENTES DO STJ E DO STF.....	240
9. CONCLUSÃO.....	242
<b>Capítulo 11 ► Primeiras Linhas sobre a Disciplina da Ação Rescisória no CPC/15 .....</b>	<b>244</b>
<i>Rodrigo Mazzei</i>	
<i>Tiago Figueiredo Gonçalves</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	244
2. DISPOSIÇÃO DA DISCIPLINA DA AÇÃO RESCISÓRIA NO CPC/15.....	244
3. ESPÉCIES DE PRONUNCIAMENTOS IMPUGNÁVEIS ATRAVÉS DE AÇÃO RESCISÓRIA.....	244
4. CONTEÚDO DOS PRONUNCIAMENTOS PASSÍVEIS DE RESCISÃO.....	245
4.1. DECISÃO DE MÉRITO.....	245
4.2. DECISÃO TERMINATIVA.....	246
4.3. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DE RECURSO.....	248
4.4. COISA JULGADA SECUNDUM EVENTUM PROBATIONIS NO PROCESSO COLETIVO.....	249
5. RESCISÓRIA DE CAPÍTULO DA DECISÃO.....	250
6. CAUSAS DE RESCINDIBILIDADE.....	251
6.1. PREVARICAÇÃO, CONCUSSÃO, OU CORRUPÇÃO DO JUIZ.....	251
6.2. JUIZ IMPEDIDO OU JUÍZO ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE.....	251
6.3. DOLO OU COAÇÃO.....	252
6.4. SIMULAÇÃO OU COLUSÃO.....	252
6.5. OFENSA À COISA JULGADA.....	252
6.6. VIOLAÇÃO MANIFESTA DE NORMA JURÍDICA.....	253
6.7. FALSIDADE DE PROVA.....	254
6.8. PROVA NOVA.....	254
6.9. ERRO DE FATO.....	255
7. LEGITIMIDADE.....	256
7.1. TERCEIRO JURIDICAMENTE INTERESSADO.....	256

7.2. MINISTÉRIO PÚBLICO .....	256
7.3. AQUELE QUE NÃO FOI OUVIDO NO PROCESSO EM QUE OBRIGATÓRIA SUA INTERVENÇÃO .....	257
8. MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA NA AÇÃO RESCISÓRIA .....	257
9. REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL .....	257
9.1. CITAÇÃO DO RÉU. PRAZO PARA RESPOSTA .....	258
10. DEPÓSITO DE 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA .....	258
10.1. LIMITAÇÃO DO VALOR DO DEPÓSITO .....	258
10.2. DISPENSA DO DEPÓSITO PRÉVIO .....	259
11. CUMPRIMENTO DA DECISÃO RESCINDENDA E CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA .....	259
11.1. COMPETÊNCIA DO RELATOR PARA A APRECIÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA .....	259
12. PROCEDIMENTO COMUM. REVELIA .....	259
13. ESCOLHA DO RELATOR .....	260
14. PRODUÇÃO DE PROVA .....	260
14.1. IUDICIUM RESCINDENS E IUDICIUM RESCISSORIUM .....	260
14.2. DELEGAÇÃO .....	260
15. APRESENTAÇÃO DE RAZÕES FINAIS ESCRITAS .....	261
15.1. PRAZO PARA RAZÕES FINAIS .....	261
16. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS .....	261
16.1. JUÍZO RESCINDENTE POSITIVO .....	262
16.2. JUÍZO RESCISÓRIO .....	262
16.3. VALOR DO DEPÓSITO, INADMISSIBILIDADE DA AÇÃO E IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO .....	262
16.4. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS DE RESCISÃO (IUDICIUM RESCINDENS) E REVERSÃO DO VALOR DO DEPÓSITO .....	263
16.5. VALOR DO DEPÓSITO E JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA .....	263
17. PRAZO PARA A PROPOSITURA DA RESCISÓRIA. NATUREZA .....	263
17.1. PRORROGAÇÃO DO PRAZO .....	264
17.2. PRAZO ÚNICO. TERMO INICIAL. MOMENTOS DISTINTOS .....	264

**Capítulo 12 ► Reclamação constitucional fundada em precedentes obrigatórios no CPC/2015 .....** **269**

*Lucas Buril de Macêdo*

1. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A GRANDE NOVIDADE DO CPC/2015 E UM ALERTA IMPORTANTE: OS PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATÓRIOS E O RISCO DE SIMPLIFICAÇÃO .....	269
2. O CONCEITO DE PRECEDENTE JUDICIAL E A DISTINÇÃO (DISTINGUISHING) COMO SUA FORMA APLICATIVA .....	271
3. A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL .....	277
3.1. ASPECTOS RELEVANTES .....	277
3.2. A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO CPC/2015 E SUA FUNCIONALIZAÇÃO PARA FORÇAR A APLICAÇÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS .....	281
4. CRÍTICA À LIGAÇÃO ENTRE RECLAMAÇÃO E OBRIGATORIEDADE DOS PRECEDENTES .....	285
5. CONCLUSÃO .....	290

<b>Capítulo 13 ► Reclamação no CPC/2015 (com as alterações introduzidas pela Lei 13.256/2016) .....</b>	<b>293</b>
<i>Pedro Miranda de Oliveira</i>	
1. NATUREZA JURÍDICA.....	293
2. PREVISÃO LEGAL .....	295
3. HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	295
3.1. PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS (INCISO I).....	296
3.2. GARANTIA DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS (INCISO II).....	299
3.3. GARANTIA DA OBSERVÂNCIA DE ENUNCIADO DE SÚMULA VINCULANTE (INCISO III) - .....	299
3.4. GARANTIA DA OBSERVÂNCIA DE DECISÃO DO STF EM SEDE DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE (INCISO III) .....	301
3.5. GARANTIA DA OBSERVÂNCIA DE ACÓRDÃO PROFERIDO EM JULGAMENTO DE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS OU DE INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (INCISO IV) .....	301
3.6. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS?.....	303
4. COMPETÊNCIA.....	304
5. ALGUMAS REGRAS PROCEDIMENTAIS .....	304
6. PRAZO PARA PROPOSITURA DA RECLAMAÇÃO E INTERESSE DE AGIR.....	305
7. PREJUDICIALIDADE .....	306
8. PODERES DO RELATOR .....	307
8.1. REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	307
8.2. SUSPENSÃO DO PROCESSO OU DO ATO IMPUGNADO .....	308
8.3. CITAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DA DECISÃO IMPUGNADA .....	308
9. IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO DO RECLAMANTE.....	309
10. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	309
11. RESULTADO DO JULGAMENTO.....	310
12. IMEDIATO CUMPRIMENTO DA DECISÃO.....	311
13. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO PROCEDIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA .....	311
14. BIBLIOGRAFIA.....	311
<b>Capítulo 14 ► O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do Novo Código de Processo Civil .....</b>	<b>313</b>
<i>Aluisio Gonçalves de Castro Mendes</i> <i>Sofia Temer</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	313
2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: DEMANDAS REPETITIVAS E TÉCNICA PROCESSUAL DIFERENCIADA.....	314
3. ORIGENS DO INSTITUTO: A <i>GROUP LITIGATION ORDER</i> DO DIREITO INGLÊS, O <i>MUSTERVERFAHREN</i> DO DIREITO ALEMÃO E MECANISMOS ASSEMELHADOS DO DIREITO BRASILEIRO.....	315
4. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	317
4.1. NATUREZA E CABIMENTO DO INCIDENTE.....	318
4.2. INSTAURAÇÃO E FORMAÇÃO DO INCIDENTE .....	323

4.3. O JUÍZO DE ADMISSÃO DO INCIDENTE E SEUS EFEITOS.....	332
4.4. JULGAMENTO DO INCIDENTE.....	342
4.5. APLICAÇÃO DA TESE JURÍDICA.....	350
4.6. REVISÃO DA TESE FIRMADA NO INCIDENTE.....	353
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	354
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	355

**Capítulo 15 ► Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil..... 359**

*Eduardo Cambi*  
*Mateus Vargas Fogaça*

1. INTRODUÇÃO.....	359
2. A INEFICIÊNCIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO VIGENTE PARA O TRATAMENTO DAS AÇÕES REPETITIVAS.....	360
3. A TENDÊNCIA UNIFORMIZADORA DA JURISPRUDÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	362
4. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	366
4.1. NOÇÕES GERAIS.....	366
4.2. LEGITIMIDADE.....	369
4.3. CONTRADITÓRIO E <i>AMICUS CURIAE</i> .....	371
4.4. COMPETÊNCIA E PROCEDIMENTO.....	377
4.5. FORMA, CONTEÚDO, CONSEQUÊNCIAS E RECURSOS DO JULGAMENTO.....	379
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	383
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	384

**Capítulo 16 ► Os problemas e os desafios decorrentes da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas nos juizados especiais..... 389**

*Frederico Augusto Leopoldino Koehler*

1. INTRODUÇÃO.....	389
2. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS VINCULA OS JUÍZES DOS JUIZADOS ESPECIAIS?.....	391
3. PROBLEMAS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	392
4. CONCLUSÃO.....	398
5. REFERÊNCIAS.....	398

**Capítulo 17 ► O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o Trato da Litigiosidade Coletiva..... 401**

*Gustavo Milaré Almeida*

1. INTRODUÇÃO.....	401
2. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	403
2.1. A INSPIRAÇÃO ALEMÃ E SEU PROCEDIMENTO.....	403
2.2. SISTEMÁTICA LEGAL NO NCPC.....	404

3. IRDR E A TUTELA COLETIVA .....	408
4. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS .....	412
5. BIBLIOGRAFIA.....	413
<b>Capítulo 18 ► Regime das Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil .....</b>	<b>417</b>
<i>Humberto Theodoro Júnior</i>	
PARTE I - VALORIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA .....	417
1. INTRODUÇÃO.....	417
2. A VALORIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E O SISTEMA DE SÚMULAS.....	418
3. JURISPRUDÊNCIA E NORMAS PRINCIPOLÓGICAS E ENUNCIADORAS DE CLÁUSULAS GERAIS.....	420
4. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA SUMULAR .....	420
5. A POSIÇÃO DO NOVO CPC SOBRE A FORÇA NORMATIVA DA JURISPRUDÊNCIA.....	421
6. UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E CAUSAS DE MASSA .....	423
PARTE II - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS .....	424
7. CONFLITOS INDIVIDUAIS E CONFLITOS COLETIVOS.....	424
8. NATUREZA JURÍDICA DO INCIDENTE .....	425
9. FORÇA DE COISA JULGADA E FORÇA EXECUTIVA .....	426
10. CABIMENTO DO INCIDENTE .....	427
11. OBJETIVOS DO INCIDENTE .....	428
12. LEGITIMIDADE PARA A PROMOÇÃO DO INCIDENTE .....	429
13. INCIDENTE INSTAURADO A PARTIR DE PROCESSO JÁ EM CURSO NO TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU .....	430
14. DESISTÊNCIA OU ABANDONO DO PROCESSO .....	430
15. PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	431
16. COMPETÊNCIA .....	431
17. DETALHES DO PROCEDIMENTO .....	432
18. FORÇA VINCULANTE DA DECISÃO DO INCIDENTE .....	436
19. PUBLICIDADE ESPECIAL .....	437
20. RECURSOS .....	438
21. RECLAMAÇÃO .....	440
22. REVISÃO DA TESE FIRMADA NO INCIDENTE .....	441
PARTE III - INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	441
23. CONCEITO.....	441
24. PRESSUPOSTOS .....	443
25. PROCEDIMENTO .....	443
26. EFEITOS DA DECISÃO .....	444
27. DISTINÇÃO ENTRE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	444

<b>Capítulo 19 ► O Incidente de Resolução das Causas Repetitivas no Novo CPC e o Devido Processo Legal</b> .....	<b>447</b>
<i>José Henrique Mouta Araújo</i>	
1. DELIMITAÇÃO DO TEMA: A COLETIVIZAÇÃO DO CONFLITO E O INCIDENTE DE CAUSAS REPETITIVAS PREVISTO NO NCPC .....	447
2. O DEVIDO PROCESSO LEGAL E OS PROCESSOS REPETITIVOS .....	449
3. CONTEXTO HISTÓRICO, OBJETIVOS E REFLEXOS DO JULGAMENTO DO IRDR EM OUTROS INSTITUTOS .....	452
4. O QUE SIGNIFICA A EXPRESSÃO <i>MESMA QUESTÃO UNICAMENTE DE DIREITO?</i> .....	454
5. INSTRUMENTO DE COLETIVIZAÇÃO DE CONFLITOS, DEVIDO PROCESSO LEGAL E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	456
6. PREPONDERÂNCIA DO RESP E RE – VINCULAÇÃO LOCAL / NACIONAL E DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	459
7. MOMENTOS PROCEDIMENTAIS: .....	460
7.1. ADMISSIBILIDADE E PROCESSAMENTO: <i>O PAPEL DO AMICUS CURIAE</i> .....	461
7.2. JULGAMENTO E VINCULAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL.....	462
8. CONCLUSÃO .....	463
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	464

<b>Capítulo 20 ► A Falta de Controle Judicial da Adequação da Representatividade no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)</b> .....	<b>469</b>
<i>Marcos de Araújo Cavalcanti</i>	
1. O CONTROLE JUDICIAL DA ADEQUAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE NO DIREITO NORTE-AMERICANO .....	469
2. COMPATIBILIDADE COM O SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO.....	474
3. A FALTA DE CONTROLE JUDICIAL DA ADEQUAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE NAS AÇÕES COLETIVAS BRASILEIRAS.....	477
4. A FALTA DE CONTROLE JUDICIAL DA ADEQUAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR).....	479
5. CONCLUSÕES.....	482

## PARTE II

### TEMAS GERAIS SOBRE RECURSOS NO CPC/2015

<b>Capítulo 1 ► Breves comentários às principais inovações quanto aos meios de impugnação das decisões judiciais no novo CPC</b> .....	<b>487</b>
<i>Flávia Pereira Hill</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	487
2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS .....	489
3. MODULAÇÃO DE EFEITOS DA ALTERAÇÃO DE PRECEDENTE .....	489
4. CONSOLIDAÇÃO DOS PODERES DO RELATOR .....	490
5. INCLUSÃO DE TODOS OS RECURSOS EM PAUTA .....	491

6. UNIFICAÇÃO DO PRAZO RECURSAL .....	492
7. SUPRESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO .....	492
8. PRAZO PARA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO .....	493
9. POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS VOTOS ATÉ A PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO .....	493
10. INTEGRAÇÃO DO VOTO VENCIDO AO ACÓRDÃO .....	494
11. AÇÃO RESCISÓRIA .....	494
12. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS .....	496
13. EXTINÇÃO DOS EMBARGOS INFRINGENTES .....	497
14. RECURSOS DE AGRAVO .....	497
15. EXTINÇÃO DO AGRAVO RETIDO. RECORRIBILIDADE DIFERIDA DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS .....	497
16. APELAÇÃO .....	498
17. AGRAVO DE INSTRUMENTO .....	499
18. AGRAVO INTERNO .....	501
19. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....	501
20. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO .....	504
21. RECURSOS REPETITIVOS .....	505
22. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA .....	507
23. CONCLUSÃO .....	509
24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	511
<b>Capítulo 2 ► Os Recursos no Novo CPC e a “Jurisprudência Defensiva” .....</b>	<b>513</b>
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	513
2. PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS DA JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA .....	514
3. PROBLEMAS NO PREPARO .....	517
4. ADMISSIBILIDADE GERAL DE RECURSOS .....	520
5. MAIOR RACIONALIDADE NO TRATO DOS DECLARATÓRIOS .....	523
6. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO E A INSEGURANÇA QUANTO À NATUREZA DA DISCUSSÃO .....	526
7. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA E A POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DE ASPECTOS PROCESSUAIS .....	529
8. O RECURSO “PREMATURO” .....	533
9. CONCLUSÕES .....	534
<b>Capítulo 3 ► Anotações sobre o Sistema Recursal no Novo Código de Processo Civil .....</b>	<b>537</b>
<i>Luiz Manoel Gomes Junior</i> <i>Miriam Fecchio Chueiri</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	537
2. A REMESSA OBRIGATÓRIA .....	538
3. DOS RECURSOS EM GERAL .....	540
4. A APELAÇÃO E A REFORMULAÇÃO DOS EMBARGOS INFRINGENTES .....	541

5. O AGRAVO DE INSTRUMENTO .....	543
6. O AGRAVO INTERNO .....	546
7. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....	547
8. O RECURSO ORDINÁRIO.....	548
9. OS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL .....	550
10. OS AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....	551
11. OS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA .....	552
12. CONCLUSÕES.....	552
13. BIBLIOGRAFIA.....	553

**Capítulo 4 ► A impugnabilidade da decisão sobre o pedido de gratuidade da  
Justiça no novo Código de Processo Civil..... 555**  
*Marco Antonio dos Santos Rodrigues*

1. A REGULAMENTAÇÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA NO CORPO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	555
2. A IMPUGNAÇÃO À DECISÃO SOBRE O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA NA VIGÊNCIA DO CPC DE 1973 .....	556
3. O ATAQUE À DECISÃO QUE DEFERE O PEDIDO DE GRATUIDADE NO NOVO CPC.....	561
4. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO AO PRONUNCIAMENTO QUE INDEFERE OU REVOGA O BENEFÍCIO .....	562
5. CONCLUSÕES.....	563
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	564

**Capítulo 5 ► O Novo Código de Processo Civil vs. a Jurisprudência Defensiva ..... 567**  
*Márcio Carvalho Faria*

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS: A EXPLOÇÃO DA LITIGIOSIDADE, A JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA E A CRIAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (NCPC).....	567
2. AS TENTATIVAS DO NCPC DE ENFRENTAR A JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA.....	574
2.1. O ABANDONO DO FORMALISMO-EXCESSIVO E A IMPERIOSIDADE DE BUSCAR A RESOLUÇÃO DO MÉRITO .....	574
2.2. O REGRAMENTO DA FORMA DE OBTENÇÃO DO PRÉ-QUESTIONAMENTO .....	583
2.3. A DISPENSA EXPRESSA DA RATIFICAÇÃO RECURSAL.....	586
2.4. O RIGORISMO NO PREENCHIMENTO DAS GUIAS DE PREPARO RECURSAL.....	589
2.5. FUNGIBILIDADE ENTRE RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....	590
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS. ....	595
4. BIBLIOGRAFIA.....	596

**PARTE III**  
**TEORIA GERAL DOS RECURSOS**

**Capítulo 1 ► Coisa julgada e o efeito extensivo do recurso CPC/2015..... 603**  
*Gelson Amaro de Souza*

1. INTRODUÇÃO.....	603
2. EFEITO EXTENSIVO.....	604

3. ESPÉCIE DE EFEITO EXTENSIVO .....	605
3.1. EFEITO EXTENSIVO SUBJETIVO .....	605
3.2. EFEITO EXTENSIVO OBJETIVO .....	606
4. MOMENTO EM QUE SURGE O EFEITO EXTENSIVO .....	607
5. EFEITO EXTENSIVO E O RECURSO DO TERCEIRO INTERESSADO.....	609
6. O EFEITO EXTENSIVO E O RECURSO DO ASSISTENTE.....	609
7. COISA JULGADA E O EFEITO EXTENSIVO.....	610
8. INCOMPATIBILIDADE DA COISA JULGADA FATIADA COM OS EFEITOS, TRANSLATIVO E EXTENSIVO. ....	611
9. CONCLUSÃO .....	612
10. REFERÊNCIAS .....	612

**Capítulo 2 ► A sanabilidade dos requisitos de admissibilidade dos recursos: notas sobre o art. 932, parágrafo único, do CPC/15..... 615**

*Flávio Cheim Jorge*  
*Thiago Ferreira Siqueira*

1. INTRODUÇÃO.....	615
2. O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS CÍVEIS.....	616
3. O ESTADO DA QUESTÃO NO CPC/73: A IMPOSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DOS DEFEITOS DOS RECURSOS COMO REGRA GERAL.....	618
4. A MUDANÇA DE PARADIGMA OPERADA PELO ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/15 .....	622
5. ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DO DISPOSITIVO: APLICAÇÃO ÀS DIVERSAS ESPÉCIES RECURSAIS .....	624
5.1. A APLICABILIDADE DO ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/15, AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL: CONFRONTO COM O ART. 1029, § 3º.....	624
6. COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DO DISPOSITIVO.....	629
7. OBRIGATORIEDADE DE APLICAÇÃO DO DISPOSITIVO .....	630
8. O ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO E OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS.....	631
8.1. REQUISITOS INTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE .....	632
8.2. REQUISITOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE.....	635
9. CONCLUSÃO .....	641
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	642

**Capítulo 3 ► O CPC 2015 e a Relativização do Princípio da Proibição da *reformatio in pejus*..... 645**

*Sandro Marcelo Kozikoski*

1. O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS NO CPC 1973 .....	645
2. A IMPOSIÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS E O EVENTUAL AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO DO RECORRENTE ...	646
3. A IMPUGNAÇÃO DAS QUESTÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PRECLUSAS (CPC, ART. 1.009, § 1º).....	648
4. O JULGAMENTO DA CAUSA MADURA (CPC, ART. 1.013, § 3º). ....	648

5. CONCLUSÃO .....	649
6. BIBLIOGRAFIA.....	649
<b>Capítulo 4 ► Teoria Geral dos Recursos: Análise e Atualizações à Luz do Novo Código de Processo Civil Brasileiro .....</b>	<b>651</b>
<i>Antônio Pereira Gaio Júnior</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	651
2. RECURSOS.....	651
2.1. BREVES CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	651
2.2. ATOS SUJEITOS A RECURSO .....	654
2.3. PRINCÍPIOS GERAIS DOS RECURSOS .....	655
2.4. RECURSO ADESIVO .....	662
2.5. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE .....	663
3. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE .....	675
4. EFEITOS DOS RECURSOS .....	677
5. EXTINÇÃO ANORMAL DO RECURSO.....	679
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	680
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	680
<b>Capítulo 5 ► O Valor da Causa e Recurso no Processo Civil.....</b>	<b>683</b>
<i>Gelson Amaro de Souza</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	683
2. CONCEITO DE VALOR DA CAUSA .....	685
3. COMPLEXIDADE DO VALOR DA CAUSA.....	686
4. INFLUÊNCIA DO VALOR DA CAUSA NO PROCESSO .....	687
5. MOMENTO DA FIXAÇÃO DO VALOR DA CAUSA.....	689
5.1. ANTES DO JULGAMENTO .....	690
5.2. DEPOIS DO JULGAMENTO .....	691
6. RECURSO NA IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA.....	693
6.1. ADEQUAÇÃO RECURSAL NA IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA .....	695
6.2. LEGITIMIDADE PARA RECORRER.....	697
6.3. RECURSO ADESIVO .....	698
7. ADEQUAÇÃO RECURSAL GERAL.....	700
7.1. VALOR DA CAUSA E OS RECURSOS EXCEPCIONAIS.....	702
7.2. RECURSO RETIDO NA IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA .....	703
8. VALOR DA CAUSA E O PREPARO RECURSAL .....	704
9. CONCLUSÕES .....	706
10. REFERÊNCIAS .....	707

**Capítulo 6 ► Algumas reflexões sobre o efeito translativo: entre o CPC/73 e o CPC/2015 . 709**

*Rennan Faria Krüger Thamay*

*Rafael Ribeiro Rodrigues*

1. ASPECTOS INICIAIS: A GÊNESE DA PROBLEMÁTICA .....	709
1.1. DO NECESSÁRIO RESPEITO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	710
1.2. POSSIBILIDADE DE O JUIZ APRECIAR DE OFÍCIO MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA .....	712
2. A QUESTÃO EM FASE RECURSAL .....	714
2.1. PRINCÍPIOS DISPOSITIVO E INQUISITÓRIO .....	714
2.2. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS.....	715
2.3. O EFEITO TRANSLATIVO .....	718
3. DECISÃO SURPRESA E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	719
4. ENCERRAMENTO VOLITIVO DA DEMANDA .....	721
4.1. NA FASE COGNITIVA.....	721
4.2. NA FASE RECURSAL .....	722
5. CONCLUSÃO .....	724
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	725

**Capítulo 7 ► Comentários sobre a fungibilidade recursal: do Código de 1939 ao novo Código de Processo Civil..... 727**

*Rennan Faria Krüger Thamay*

*Vinícius Ferreira de Andrade*

1. INTRODUÇÃO.....	727
2. FUNGIBILIDADE NO CPC DE 1939.....	729
2.1. NO SISTEMA RECURSAL DO CPC DE 1973.....	730
2.2. NO SISTEMA RECURSAL DO CPC DE 2015.....	732
3. REQUISITO OU REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE? .....	734
3.1. REQUISITO ÚNICO: DÚVIDA EXTRÍNSECA .....	736
4. CASUÍSTICA .....	741
5. ANOTAÇÕES CONCLUSIVAS .....	743
6. BIBLIOGRAFIA.....	744

**Capítulo 8 ► O princípio da primazia de mérito na fase recursal de acordo com o Novo Código de Processo Civil..... 747**

*Vinicius Silva Lemos*

1. INTRODUÇÃO.....	747
2. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DE MÉRITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	748
2. 1. A PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO E DA ATIVIDADE SATISFATIVA.....	750
3. O IMPACTO DA PRIMAZIA DE MÉRITO NA FASE RECURSAL.....	750

3.1. O COMBATE À JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA.....	751
4. HIPÓTESES DO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DE MÉRITO NA FASE RECURSAL.....	752
4.1. A RELATIVIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE .....	752
4.2. FUNGIBILIDADE ENTRE OS RECURSOS: ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	753
4.3. FUNGIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E O AGRAVO INTERNO.....	757
4.4. A ESCOLHA PELO PREQUESTIONAMENTO FICTO .....	758
4.5. AMPLIAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA .....	760
5. BIBLIOGRAFIA.....	765

## PARTE IV RECURSOS EM ESPÉCIE

<b>Capítulo 1 ► Apelação Contra Decisão Interlocutória não Agravável: a Apelação do Vencido e a Apelação Subordinada do Vencedor: Duas Novidades do CPC/2015 .....</b>	<b>769</b>
<i>Leonardo Carneiro da Cunha</i> <i>Fredie Didier Jr.</i>	
1. GENERALIDADES SOBRE A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NO CPC/2015.....	769
2. PREMISA GERAL PARA A COMPREENSÃO DO ART. 1.009, § 1º, DO CPC: A APELAÇÃO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA NÃO AGRAVÁVEL .....	771
3. IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS PELA PARTE VENCIDA .....	772
4. IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS PELA PARTE VENCEDORA.....	774
4.1. GENERALIDADES: A APELAÇÃO DO VENCEDOR PREVISTA NO § 1º DO ART. 1.009 E A PRECLUSÃO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS A ELE DESFAVORÁVEIS .....	774
4.2. A APELAÇÃO DO VENCEDOR COMO ESPÉCIE DE RECURSO SUBORDINADO.....	776
4.3. A APELAÇÃO DO VENCEDOR COMO ESPÉCIE DE RECURSO CONDICIONADO .....	777
4.4. INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO AUTÔNOMA PELO VENCEDOR: APLICAÇÃO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS.....	780
<b>Capítulo 2 ► O Efeito Suspensivo e o Recurso de Apelação – do CPC/1973 ao Novo CPC....</b>	<b>781</b>
<i>Gilberto Gomes Bruschi</i> <i>Márcio Manoel Maidame</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	781
2. AS HIPÓTESES EXCEPCIONAIS AO EFEITO SUSPENSIVO NO CPC/73 E CPC/2015 .....	783
2.1. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE DIVISÃO OU DE DEMARCAÇÃO.....	784
2.2. SENTENÇA CONDENATÓRIA À PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS .....	785
2.3. SENTENÇA QUE EXTINGUE SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO OU JULGA IMPROCEDENTES OS EMBARGOS DO EXECUTADO.....	786
2.4. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DE PEDIDO DE INSTITUIÇÃO DE ARBITRAGEM.....	787
2.5. SENTENÇA QUE CONFIRMA, CONCEDE OU REVOGA, TUTELA PROVISÓRIA .....	790

2.6. SENTENÇA QUE DECRETA INTERDIÇÃO .....	792
3. AS DECISÕES DE MÉRITO PARCIAIS (ART. 356 DO CPC/2015), O “AGRAVO SUBSTITUTIVO DA APELAÇÃO” E O EFEITO SUSPENSIVO .....	793
4. A OBTENÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO NAS HIPÓTESES EM QUE A LEI PREVÊ O RECEBIMENTO DA APELAÇÃO APENAS NO DEVOLUTIVO.....	795
<b>Capítulo 3 ► Majoração dos Honorários Sucumbenciais no Recurso de Apelação.....</b>	<b>801</b>
<i>Eduardo Cambi</i>	
<i>Gustavo Pompílio</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	801
2. A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NO RECURSO DE APELAÇÃO COM BASE NA SISTEMÁTICA DO NCPC.....	802
3. O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E O ABUSO DO DIREITO DE RECORRER.....	806
4. A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS COMO UM INSTRUMENTO DE DESESTÍMULO AO ABUSO DO DIREITO DE RECORRER E SEUS REFLEXOS NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO .....	807
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	809
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	810
<b>Capítulo 4 ► Apelação.....</b>	<b>813</b>
<i>Rita Quartieri</i>	
<i>Jorge Antonio dias Romero</i>	
1. CONCEITO DE SENTENÇA .....	813
2. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. ....	815
3. AMPLIAÇÃO DO EFEITO DEVOLUTIVO .....	819
4. CORREÇÃO DE VÍCIOS ANTES DO JULGAMENTO .....	822
5. JULGAMENTO DE MÉRITO DE “CAUSA MADURA” .....	823
6. SUBSISTÊNCIA DO EFEITO SUSPENSIVO .....	824
7. REFERÊNCIAS .....	825
<b>Capítulo 5 ► O Efeito Devolutivo do Recurso de Apelação no CPC/2015 .....</b>	<b>827</b>
<i>Rogério Rudiniki Neto</i>	
1. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: NOTAS INTRODUTÓRIAS .....	827
2. EFEITO DEVOLUTIVO DO RECURSO DE APELAÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES .....	828
3. A IMPORTÂNCIA DA TEORIA DOS CAPÍTULOS DA SENTENÇA NA COMPREENSÃO DOS LIMITES DO EFEITO DEVOLUTIVO.....	831
4. DEVOLUÇÃO DO CAPÍTULO DA SENTENÇA QUE CONCEDE A TUTELA PROVISÓRIA.....	835
5. DEVOLUÇÃO DAS QUESTÕES RESOLVIDAS POR DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS .....	836
6. DEVOLUÇÃO DAS QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA (EFEITO TRANSLATIVO) E O PROBLEMA DO CONTRADITÓRIO. ....	839
7. JULGAMENTO IMEDIATO DO MÉRITO PELO TRIBUNAL .....	843
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	845

<b>Capítulo 6 ► Duplo Grau de Jurisdição e “Teoria da Causa Madura” no Novo Código de Processo Civil.....</b>	<b>847</b>
<i>Thiago Ferreira Siqueira</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	847
2. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO: CONFIGURAÇÃO, CONTROVÉRSIAS E INFLUÊNCIAS SOBRE ALGUNS ASPECTOS TÉCNICOS DO RECURSO DE APELAÇÃO .....	848
2.1. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO: ESPECIFICAMENTE, QUANTO AO PAPEL QUE OCUPA NA ORDEM CONSTITUCIONAL.....	853
3. O § 3º DO ART. 515 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.....	856
4. A “TEORIA DA CAUSA MADURA” NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	859
4.1. REQUISITOS PARA A INCIDÊNCIA DO DISPOSITIVO: CAUSA EM CONDIÇÕES DE IMEDIATO JULGAMENTO	860
4.2. HIPÓTESES DE APLICAÇÃO DO DISPOSITIVO.....	865
5. CONCLUSÃO .....	872
6. BIBLIOGRAFIA.....	872
<b>Capítulo 7 ► Cabimento do Agravo de Instrumento em Matéria Probatória: Crítica ao Texto Final do Novo CPC (Lei Nº 13.105/2015, Art. 1015).....</b>	<b>875</b>
<i>Fernando Rubin</i>	
1. APRESENTAÇÃO.....	875
2. BREVE BALANÇO DO PERÍODO 2010-2015 DE DEBATES EM TORNO DO PROJETO PARA UM NOVO CPC.....	876
3. O RELATÓRIO BARRADAS E O RELATÓRIO PAULO TEIXEIRA EM MATÉRIA PROBATÓRIA .....	878
4. O DIREITO PRIORITÁRIO À PROVA E A PREVISÃO LEGAL DE UTILIZAÇÃO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	880
5. A DISPOSIÇÃO DO ART. 1028, XIX DO PROJETO PARA UM NOVO CPC APROVADO NA CÂMARA FEDERAL E A REDUÇÃO DAS HIPÓTESES NO DERRADEIRO ART. 1015 DA LEI Nº 13.105/2015.....	884
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	886
7. PESQUISA DOUTRINÁRIA.....	888
<b>Capítulo 8 ► A Disciplina dos Agravos no Novo Código de Processo Civil.....</b>	<b>891</b>
<i>Marco Félix Jobim</i> <i>Fabício de Farias Carvalho</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	891
2. A EXTINÇÃO DO AGRAVO RETIDO.....	893
2.1 SISTEMA DE PRECLUSÕES.....	896
3. O NOVO AGRAVO DE INSTRUMENTO .....	899
3.1. HIPÓTESES DE CABIMENTO .....	901
3.2. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO.....	903
3.3. PROCESSAMENTO .....	904
4. O AGRAVO INTERNO .....	905

5. O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....	908
5.1. HIPÓTESES DE CABIMENTO .....	908
5.2. PROCESSAMENTO .....	910
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	910
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	911
<b>Capítulo 9 ► Os Embargos de Declaração no Novo Código de Processo Civil .....</b>	<b>913</b>
<i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</i>	
<i>Roberto de Aragão Ribeiro Rodrigues</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	913
2. QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS DISPOSIÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O CÓDIGO DE 1973	915
3. ANÁLISE DA DISCIPLINA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	917
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	923
5. REFERÊNCIAS .....	923
<b>Capítulo 10 ► Os Embargos de Declaração no Novo Código de Processo Civil .....</b>	<b>925</b>
<i>Ticiano Alves e Silva</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	925
2. ATOS JUDICIAIS EMBARGÁVEIS.....	926
3. HIPÓTESES DE CABIMENTO .....	928
4. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS E OUTROS DE ADMISSIBILIDADE.....	933
5. EFEITOS.....	935
5.1. EFEITO INTERRUPTIVO.....	935
5.2. EFEITO SUSPENSIVO.....	937
6. (DES) NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE OUTRO RECURSO.....	938
7. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIOS .....	940
8. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E PREQUESTIONAMENTO .....	942
9. CONCLUSÃO .....	945
10. BIBLIOGRAFIA .....	946
<b>Capítulo 11 ► O Recurso Ordinário em Mandado de Segurança e o Novo Código de</b>	
<b>    Processo Civil.....</b>	<b>949</b>
<i>Cristiano Simão Miller</i>	
1. ESCLARECIMENTO INICIAL.....	949
2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO NO DIREITO BRASILEIRO .....	950
3. O CENÁRIO ATUAL DO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA .....	953
3.1. O CABIMENTO DE RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA.....	953
3.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPRESSÃO “DECISÃO DENEGATÓRIA” .....	958

3.3. A DESNECESSIDADE DE PRÉ-QUESTIONAMENTO .....	959
3.4. O ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA .....	961
3.5. A IMPOSSIBILIDADE DE SE ADMITIR, COMO RECURSO ORDINÁRIO, O RECURSO EXTRAORDINÁRIO (OU ESPECIAL) EQUIVOCADAMENTE INTERPOSTO .....	963
3.6. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO .....	966
3.7. O RECURSO ORDINÁRIO E O EFEITO SUSPENSIVO .....	970
3.8. A AMPLITUDE COGNITIVA DO RECURSO ORDINÁRIO .....	972
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	981
<b>Capítulo 12 ► Agravo em Recurso Extraordinário e Agravo em Recurso Especial: entre imposição de precedentes, distinção e superação.....</b>	<b>985</b>
<i>Diogo Bacha e Silva</i> <i>Alexandre Melo Franco Bahia</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	985
2. FORMAÇÃO DE PRECEDENTE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 E DE 2015.....	987
3. COMMON LAW E A DIFERENÇA DE PENSAMENTO SOBRE PRECEDENTES.....	992
4. AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL COMO RESISTÊNCIA AO FECHAMENTO ARGUMENTATIVO – RÉQUIEM PARA UM FIM PREMATURO.....	996
5. CONCLUSÃO .....	1003
6. REFERÊNCIAS .....	1004
<b>Capítulo 13 ► A Profundidade do Efeito Devolutivo nos Recursos Extraordinário e Especial: o que Significa a Expressão “Julgará o Processo, Aplicando o Direito” (CPC/2015, Art. 1.034)? .....</b>	<b>1009</b>
<i>João Francisco Naves da Fonseca</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	1009
2. O STF E O STJ COMO CORTES DE REVISÃO .....	1011
3. O JULGAMENTO DA CAUSA NOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.....	1011
4. CONCLUSÃO.....	1016
5. BIBLIOGRAFIA.....	1016
<b>Capítulo 14 ► O “novo” juízo de admissibilidade do recurso especial e extraordinário.....</b>	<b>1019</b>
<i>Sandro Marcelo Kozikoski</i>	
1. AS MUDANÇAS INTRODUZIDAS NO SISTEMA RECURSAL DURANTE O PERÍODO DE VACATIO LEGIS DO CPC 2015.	1019
2. COMPETÊNCIA RECURSAL EXTRAORDINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E COMPETÊNCIA RECURSAL ESPECIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1020
3. O EXAME DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE APLICÁVEIS À RECORRIBILIDADE EXCEPCIONAL .....	1022
4. INTERPOSIÇÃO CONJUNTA DE RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO .....	1027
5. JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO .....	1029

6. RECURSOS REPETITIVOS: PROCESSAMENTO .....	1032
7. O EXAME DA REPERCUSSÃO GERAL.....	1037
8. EFEITOS DO RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	1039
9. RECLAMAÇÃO .....	1039
10. CONCLUSÕES.....	1040
11. BIBLIOGRAFIA.....	1041

## **Capítulo 15 ► O Prequestionamento no Novo Código de Processo Civil..... 1045**

*Vinicius Silva Lemos*

1. INTRODUÇÃO.....	1045
2. PREQUESTIONAMENTO .....	1046
2.1. FORMAS DE PREQUESTIONAMENTO .....	1047
2.2. PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO E IMPLÍCITO .....	1049
3. DICOTOMIA ENTRE OS ENTENDIMENTOS DO STJ E O STF E A POSSÍVEL ADERÊNCIA DE ENTENDIMENTOS .....	1052
3.1. SÚMULA 211 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O SEU ENTENDIMENTO SOBRE PREQUESTIONAMENTO.....	1052
3.2. DA SÚMULA 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – RECONHECIMENTO DO CHAMADO PREQUESTIONAMENTO FICTO .....	1055
3.3. A INSTABILIDADE DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 356 NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A ADERÊNCIA AO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1057
3.4. A RELATIVIZAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE QUANDO PRESENTE A REPERCUSSÃO GERAL .....	1058
4. O PREQUESTIONAMENTO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	1061
4.1. A ESCOLHA PELO PREQUESTIONAMENTO FICTO .....	1062
4.2. PONTOS PROCESSUAIS FAVORÁVEIS AO PREQUESTIONAMENTO FICTO .....	1063
4.3. O IMPACTO DA ESCOLHA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	1064
4.4. O APROVEITAMENTO PROCESSUAL DO ARTIGO 1029, § 3º E O PREQUESTIONAMENTO.....	1066
4.5. O PREQUESTIONAMENTO MESMO QUANDO VENTILADO SOMENTE NO VOTO VENCIDO .....	1068
4.6. O PREQUESTIONAMENTO NO NOVO CÓDIGO E A QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA .....	1069
4.7. A OPÇÃO PELO JURISDICIONADO .....	1070
5. CONCLUSÃO .....	1071
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1072

## **Capítulo 16 ► Embargos Declaratórios: efeito integrativo (prequestionamento virtual) ..... 1075**

*Zulmar Duarte de Oliveira Jr.*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1075
2. ESTADO DA ARTE DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.....	1076
3. PREQUESTIONAMENTO .....	1082
4. EMBARGOS DECLARATÓRIOS, EFEITO INTEGRATIVO E O PREQUESTIONAMENTO VIRTUAL.....	1086

<b>Capítulo 17 ► A Fungibilidade de Mão Dupla entre Recursos Excepcionais no CPC/2015.....</b>	<b>1089</b>
<i>Luiz Henrique Volpe Camargo</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	1089
2. DO CONTEXTO HISTÓRICO E ATUAL.....	1090
3. A SOLUÇÃO CONTIDA NO CPC/2015 PARA A QUESTÃO.....	1099
4. REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DA FUNGIBILIDADE DE MÃO DUPLA.....	1102
5. BIBLIOGRAFIA.....	1104
<b>Capítulo 18 ► Recurso Especial Repetitivo: escolha do recurso e (in)efetividade dos julgamentos.....</b>	<b>1099</b>
<i>Luiz Dellore</i>	
<i>Ricardo Maffei Martins</i>	
1. RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.....	1107
2. A ESCOLHA DO RECURSO ESPECIAL A SER JULGADO COMO REPETITIVO.....	1110
2.1. QUESTÕES POLÊMICAS.....	1113
3. ANÁLISE DE SITUAÇÕES CONCRETAS (RECURSOS REPETITIVOS JULGADOS PELO STJ).....	1121
3.1. CASOS DE ÊXITO.....	1122
3.2. CASOS EM QUE NÃO HOUVE ÊXITO.....	1125
4. CONCLUSÕES.....	1129
5. BIBLIOGRAFIA.....	1130